

Artur Osório <sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo desenvolve e contextualiza um dos episódios mais relevante da presença portuguesa em Angola e analisa concretamente as envolventes históricas que conduziram às designadas “ Revoltas do Cassange”.

**Palavras-chave:** Sul de Angola; Revoltas do Cassange; Portugal.

### ABSTRACT

The present article gives the context to a major event in the portuguese presence in Angola, where special attention is devoted to the historical background for the “Revoltas do Cassange”.

**Palavras-chave:** South of Angola; “Revoltas do Cassange”; Portugal.

*“Angola representa ainda na evolução da nacionalidade portuguesa uma das melhores criações do génio da raça” ... “É preciso que Angola continue a ser portuguesa e para que o seja é preciso fazer o que for necessário.”*

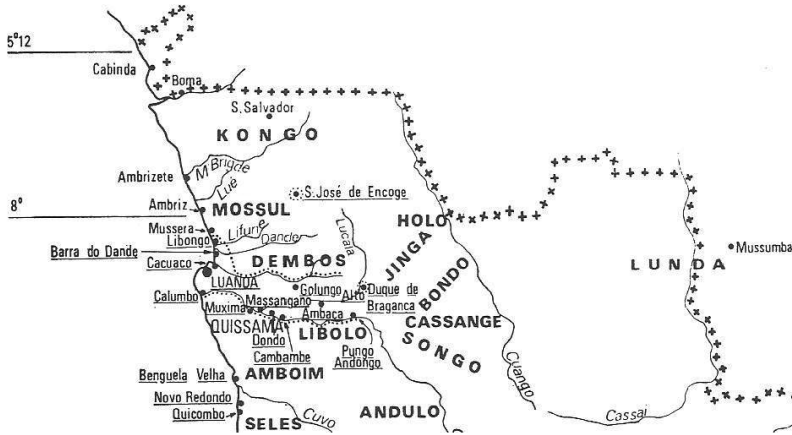
Cunha Leal - 4 de Janeiro de 1930, in História de Portugal, Damião Peres, Edição Monumental – Portucalense Editora, Fascículo.20

Longe de constituírem a primeira e muito menos a única, ou exclusiva revolta dos povos autóctones do Cassange, em Angola, os acontecimentos ocorridos a partir dos primeiros dias de Janeiro de 1961, na região, foram, essencialmente, mais uma rebelião dos agricultores algodoeiros indígenas contra o poder senhorial vigente, administrativo e económico, e, que de tal modo foi violentamente reprimida, que passou à história como o “massacre da baixa do Cassange”.

---

<sup>1</sup> Contacto: Email – [art.osorio@clix.pt](mailto:art.osorio@clix.pt)

Recebido em 05 de novembro de 2015 / Aceite em 3 de maio de 2016



Recorte do Mapa V. A Angola portuguesa em 1845-1848 (in Pélissier, René – História das Campanhas de Angola, vol. 2, Editorial Estampa, 3.<sup>a</sup> edição, 2013)

Na África ocidental, no século XVI, a sul do Reino do Congo, ficava o reino quimbundo do Ndongo, do rei N’Gola Mbandi, filho do rei N’Gola Kiluanji (também designado por N’Gola Zinga ou Jinga) que morreu em Cabassa, no interior da Matamba, e cujo nome originou a designação portuguesa de Angola. O reino quimbundo do Ndongo confinava com reinos vizinhos, entre os quais se situava, a leste, o reino de Cassange que, a partir do fim do séc. XVII se estabeleceu no vale do Cuango.

Se com o reino do Congo, desde que Diogo Cão descobriu a foz do rio do mesmo nome, em 1482, os portugueses mantiveram relações pacíficas, até mesmo depois de 1575, já, em 1578, com o rei N’Gola Mbandi, deu-se início a um período de lutas, por vezes de maus resultados para as forças portuguesas, mas que acabaram sempre pela derrota dos indígenas, mal armados e inferiores nas artes da guerra dos capitães portugueses. Assim sucedeu, no fim do séc. XVI, no tempo de Paulo Dias de Novais. E apesar da resistência dos negros, com as revoltas dos régulos e sobas, incluindo a da rainha Jinga, lentamente foi feita a marcha para o interior, com a ocupação do litoral, seguindo os passos dos negociantes de escravos (“pombeiros”) e em busca das supostas minas de prata e de cobre, de Cambembe e do Songo, respectivamente.

A 11 de Fevereiro de 1575, aportou, à ilha de Luanda, na altura conhecida como Ilha das Cabras, Paulo Dias de Novais (neto de Bartolomeu Dias), como “governador e capitão-mor, conquistador e povoador do reino de Sebasta na conquista da Etiópia e da Guiné inferior”, a quem o rei D. Sebastião (1568-1578) concedera uma carta de doação, confiando-lhe a “donataria de Angola, do

rio Dande para sul” (carta de donataria de 16 de Setembro de 1574). Sebastião ou Sebaste compreendia os reinos do Congo, Angola e Benguela e, desta vez, o objectivo de D. Sebastião, expresso na doação, era o da conquista violenta. Paulo de Novais, já, em Setembro de 1559, havia integrado uma embaixada portuguesa ao reino de Angola, onde chegou em Maio de 1560, com religiosos jesuítas, para contactar com o rei do Ndongo, N’Gola Kiluanji, que entretanto havia morrido. Com a missão da expansão da fé, fazer amizade e abrir o comércio, foi recebido pelo filho N’Gola Mbandi, nas Pedras Negras, mas o encontro foi demasiado e propositadamente demorado e não correu bem. Só em 1576, a 29 de Junho, depois de ter partido de Lisboa a 23 de Outubro de 1574 e avistado a barra do Cuanza em Fevereiro de 1575, fundeado no porto de Luanda, entre a ilha e o continente, é que o rei o autorizou a mudar-se para terra firme, para o morro de S. Paulo, onde fundou a povoação de S. Paulo da Assumpção de Luanda. Porém, instigado pelo rei do Congo, o rei de Angola ordenou a matança de todos os portugueses. Foi então necessário o reforço das forças portuguesas, cujo socorro chegou em 1580, tendo Paulo Novais prosseguido os combates, vencendo vários sobas. Mas durante os primeiros e largos tempos, a presença portuguesa em Angola foi limitada ao litoral, com a instalação de apenas alguns postos fortificados no interior, com o objectivo económico do comércio de escravos, com destino às plantações de S. Tomé e depois do Brasil.

A meia-irmã de N’Gola Mbandi era Nzinga (Jinga) Mbandi N’Gola, nascida em Cabassa, em 1581, e que, no séc. XVII, resistiu à ocupação portuguesa dos territórios de Angola e ao consequente tráfico de escravos. N’Gola Mbandi havia sucedido a seu pai N’Gola Kiluanji e procurou impedir o comércio entre os portugueses e os guerreiros imbangalas do leste, pelo que enviou, a Luanda, Nzinga, para negociar e onde acabou por se converter ao catolicismo, recebendo o nome de Dona Ana de Sousa, por influência dos missionários capuchinhos italianos que se estabeleceram em Angola, no governo de Salvador Correia de Sá (1648-1651), contribuindo para a penetração pacífica de vastos territórios, incluindo o Cassanje.

Durante o governo do administrador colonial e capitão general, João Correia de Sousa (1621-1623), Nzinga refugiou-se numa das ilhas do Cuanza e, envenenando ou mandando envenenar o seu irmão, assumiu o poder, coroando-se rainha, lutando permanentemente contra as forças portuguesas nos anos seguintes, dos governos de Pedro de Sousa Coelho (1623), Simão de Mascarenhas (1623-1624) e Fernão de Sousa (1624-1630). Entretanto, os portugueses não se revelaram diligentes e fiéis cumpridores do acordo celebrado e estabeleceram o comércio com o Jaga de Cassange, aproveitando a revolta de alguns sobas, provocando uma situação de desordem geral. A rainha Nzinga actuou energicamente e, em 1640, aproveitando-se da ocupação temporária de Luanda pelos holandeses, atacou o forte de Massangano.

Com o fim do domínio filipino em Portugal (1640), o eixo da expansão portuguesa ultramarina passou do Índico para o Atlântico, onde as atenções se viraram

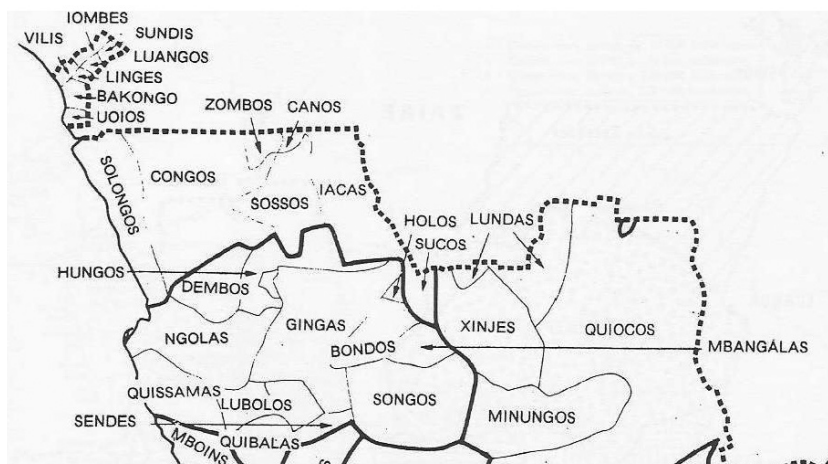
para as feitorias escravagistas de África, nomeadamente Angola, tornando-as entrepostos de escravos para toda a América, muito em especial para o Brasil. Os portugueses, depois da sua inicial actividade no antigo reino do Congo, voltaram-se para o reino de Angola (região compreendida entre os rios Dande e Cuanza que se estendia para o interior até onde a conquista chegasse e a faixa costeira de 35 léguas a sul da Barra do Cuanza e terra a dentro) e, só nos princípios do séc. XVII, para o reino de Benguela.

A cidade de Luanda que, como vimos, foi fundada em 1575, por Paulo Dias de Novais, com o seu primitivo porto, tornou-se o centro do tráfico angolano de escravos, controlado pelo Império Português, como centro administrativo do governo, a partir de 1627. Um ano antes, era este o mapa elaborado da cidade e respectivo porto, como entrada do reino de Angola.

Em 1656, Nzinga enviou, a Luanda, uma embaixada que ratificou um tratado com o governador e capitão-general Luís Martins de Sousa Chichorro (outubro de 1654 a 18 de Abril de 1658), assinando as capitulações a 12 de outubro de 1656, limitando as suas reivindicações territoriais (renunciou aos territórios de Ndongo, um dos três reinos independentes, no norte-centro de Angola: Ndongo, Matamba e Cassange, em contrapartida da libertação da sua irmã Cambu, aprisionada no forte de Massangano), e retirando-se para Matamba, onde estabeleceu uma relativa paz, acabou por morrer em 17 de dezembro de 1663, com 82 anos. Restou a sua reputação de temível, quer como negociadora astuta, quer como guerreira feroz e impiedosa (Nzinga, ao encontrar um dos sobas, seu tio, que se dirigia a Luanda para se submeter aos portugueses, mandou decapitá-lo, e dando conta da hesitação de seu irmão mandou envenená-lo, abrindo assim caminho ao poder e ao comando da resistência à ocupação das terras de Ndongo e Matamba), fazendo jus ao cognome de “Mãe Negra” de Matamba.

De 1665 a 1681, a batalha de Ambuíla, ganha contra o rei do Congo, D. António Manimuluzá, em 24 de outubro de 1665, a tomada das Pedras Negras, do rei de Angola, D. João Ari, a 18 de novembro de 1671, com a conseqüente extinção do reino de Angola ou Dongo e a morte do rei da Matamba, D. Francisco Guterres, a 4 de setembro de 1691, constituem e determinam o fim do período agudo das lutas de ocupação e penetração, em Angola.

No início do segundo quartel do séc. XIX, a ocupação de Angola pelos portugueses limitava-se a uma faixa no litoral que pouco se alargava para o interior, sem limites bem definidos. Já os Mbangalas ou Imbangalas do reino de Cassange constituíam, em meados do mesmo século, uma força de homens não desprezível, sob a dependência do Jaga (rei do Cassange) e asseguravam uma feira comercial, com o incremento de transacções com o além-Cuango, a Lunda a leste, e a costa angolana, desde o início do séc. XVIII, sendo assim os principais parceiros comerciais dos portugueses. Porém, os Songos povoavam em número considerável o sul, envolvendo a Baixa do Cassange, controlando as vias conducentes à Lunda, a leste, e ao Bié, a sul e os Bondos faziam o mesmo em relação à região do Duque de Bragança, a noroeste.



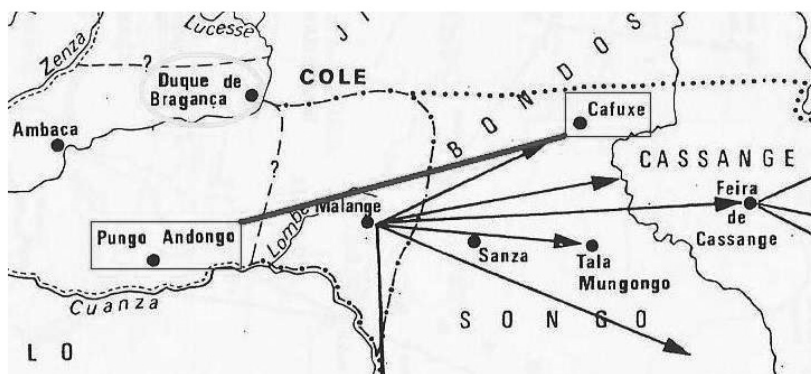
Recorte do Mapa IV. Mapa etnográfico de pormenor (Idem, ob. cit.)

Os Imbangalas, Mbangálas ou Bângallas (nenhuma relação têm com os N'Gála ou Gállas, nem com os Banglas de Stanley), os povos de Cassange em evidência no período de 1849 a 1866, sempre se opuseram à penetração portuguesa até ao início da segunda década do séc. XX e foi assim que a política de penetração militar portuguesa, a partir do último quartel do séc. XVI, desencadeou várias guerras, até 1921, embora os portugueses, em resposta às rebeliões dos africanos (a revolta dos Dembos em 1872 e as sublevações, em meados do ano de 1874, dos povos de Malange e Ambaca), tenham estendido a sua zona de controlo muito para além do Duque de Bragança e procurado assegurar postos na fronteira do Cassange, mesmo até ao Cunene, embora sem grande sucesso e com a rejeição sistemática às autoridades portuguesas, as quais não tinham real domínio sobre o interior.

“Cassange é uma extensa planície cercada por uma cordilheira de montanhas que começando nas margens do Quango na extrema do Quembo vem descrevendo uma curva em volta da planície, servindo de fronteira ao Songo Bondo e passando o Hiongo vem terminar outra vez no Quango”, escreveu o Major Francisco de Salles Ferreira, na sua “Memória sobre o Sertão de Cassange”, em 20 de abril de 1853, e acrescenta: “Começaram os Songos a transitar a caminho da Lunda para Cassange, e daí vem a origem da Feira de Cassange, porque alguns Portugueses começaram a ir ali comerciar pela abundância de marfim que os Cassanges traziam da Lunda: os Jagas consentiram no estabelecimento da feira, mas conservando o caminho oculto, e não consentindo que Português algum passasse além do Rio Zaire ou Quango”. Porém, o autor do Prólogo da “Memória da Expedição a Cassange em 1850 – África Ocidental”, precisa, que o rio que banha Cassange é o “Quango, mero afluente do Cassai, porque a Sunda e Suba são atravessadas e em cujas

paragens já é três vezes mais caudaloso que o Quango, o qual mais próximo da costa toma o nome de Zaire, talvez o 4.º rio do mundo, não obstante a contrária opinião dos Geographos, pelo que é pouco conhecido”, corrigindo o artigo relativo à guerra de Cassange, no n.º 2878, do *Revolução* de setembro, de 22 de outubro de 1851. E acrescenta, relativamente à segunda expedição a Cassange, em 1850, que o soba, do Songo, Marimba Angombe, foi sempre um rebelde gentílico, que o Major Salles chegou à feira de Cassange a 6 de janeiro de 1851 e que Bumba atacou o exército português no dia 28 de fevereiro desse mesmo ano.

A primeira “guerra do Cassange” ocorreu entre 1850 e 1851, com duas campanhas levadas a cabo pelas forças portuguesas, comandadas pelo major Francisco de Salles Ferreira, chefe do presídio do Pungo Andungo. Quando daqui partiu, em junho de 1850, levou como missão a vingança da morte do capitão Simão da Cruz, do Duque de Bragança, abatido na feira de Cafuxe, nos Bondos, por instigação do soba Andalla Quissúá, e a submissão de vários sobas do Songo, entre os quais, o principal era Marimba Angombe (que nunca havia prestado obediência aos portugueses e se recusava a pagar o dízimo), o que conseguiu em julho de 1850. Nesta altura, as questões fiscais eram consideradas determinantes na ordem económica, ocasionando, durante largo período histórico, acções militares, lutas mortíferas entre as tropas portuguesas e o Jaga de Cassange. Mas o primeiro objectivo não foi conseguido e o soba dos Bondos refugiou-se junto do Jaga de Cassange, Bumba A Quinguri, conhecido também por Dom Paschoal Machado, o líder da resistência do Leste aos Portugueses, por razões fundamentalmente comerciais, dada a existência de duas redes de comerciantes paralelas, uma legal, outra clandestina, com as quais negociava de acordo com as suas conveniências, para obtenção do maior lucro e poder.



Recorte alterado do Mapa VII. O avanço para nordeste (1848-1878) – (Idem, ob. cit.)

Bumba (Dom Paschoal Machado) não cumpriu a sua palavra em relação aos sobas bondo e songo e, pior, atacou a feira, pondo em causa os investimentos dos negociantes de Luanda. É neste contexto que o major Salles Ferreira invadiu o Cassange (primeira campanha da primeira guerra do Cassange). O Jaga Bumba procurou resistir, no seu acampamento que, no entanto, é tomado e incendiado a 24 de julho de 1850. Bumba não é capturado (ter-se-á refugiado no Jongo ou Hiongo) e, as forças portuguesas, para solucionar o vazio, fazem eleger um novo Jaga, Calunga-ca-Quissanga, baptizado como Dom Pedro Acácio Ferreira, que presta juramento de vassalagem à Coroa. O Governador-geral Adriano Acácio da Silveira deu assim por terminada a campanha, e, em Setembro de 1850, Salles Ferreira regressou a Pungo Andongo.



Recorte alterado do Mapa XII. A Lunda (1894-1926) – (Idem, ob. cit.)

Às cinco horas da manhã do dia 28 de novembro de 1850, partiu de Pungo Andongo, uma nova expedição, após “uma breve, mas eloquente alocução do Senhor Comandante Geral”, com o objectivo de castigar o bárbaro ex-Jaga Cassange, Pascoal Machado que havia assassinado o Jaga eleito e dois europeus, “manchando assim a bandeira portuguesa”. Depois de uma formidável chuva que atrasou a partida (estava-se no auge da estação das chuvas), às sete e um quarto começou a marcha. E após vários dias, com a travessia de rios e riachos, paragens e encontros amigáveis com sobas e um ou outro comerciante português, o Major Salles chegou à feira de Cassange, no dia 6 de janeiro de 1851, pelas onze horas da manhã. Estava deserta, abandonada, com o capim crescido, portas das casas arrombadas ou abertas, uma devastação, e nela permaneceu mais de seis semanas, com mais de dois mil homens, sem a captura de Bumba que se passou para a margem direita do rio que servia de fronteira ao Cassange, apesar da sua anterior tentativa de acordo, pagando “o preço do sangue”, que não foi aceite por Salles Ferreira. A expedição conseguiu apenas aprisionar o soba bondo, Andalla Quissúa, no dia 13, por força do incumprimento da palavra do

senhor Comandante-Geral quanto à sua vontade de apresentação, o que contrariou a crença geral destas gentes de que “quem representa o Mueniputo ou Muene Puto (Rei de Portugal) não pode faltar ao que promete”. Andalla Quissúa foi conduzido a Luanda com a sua comitiva, carregados de ferros.

Avançando então para o Cuango em busca de Bumba, ocorreram algumas escaramuças a 27 e 28 de fevereiro, mas apenas foram feitos prisioneiros alguns elementos da sua família. A 27 de março, soube-se que as insígnias do Estado do Cassange tinham sido lançadas fora por parte de Bumba e a sua recuperação fora feita pelos filhos do Capenda-camulemba, Xinjes. Com os Portugueses na posse dos instrumentos da sagração, abandonaram, a 1 de abril, as margens do Cuando e regressaram à feira três dias depois. A 24 de abril, chegou o Reverendo Padre Bernardo José Pinheiro, Vigário de Ambaca, para baptizar, dois dias depois, com muita pompa, um novo Jaga, Cambolo Cangonga, que tomou o nome de Dom Fernando Accacio Ferreira, tendo como padrinho o próprio Governador-Geral, representado pelo Comandante-Geral e, como madrinha, a senhora D. Joana Elvira da Costa, por seu representante Manoel Ignacio de Resende. De 27 de abril a 4 de maio, as forças portuguesas fizeram os preparativos para a saída, tendo deixado a feira entregue a um novo director, António Rodrigues Neves, e regressaram a Pungo Andongo, a 5 de maio, com centenas de prisioneiros e outros instrumentos rituais dos Jagas.

Com o resultado da ruína de aldeias abandonadas e o aprisionamento de indígenas e gado, a consequência comercial mais importante, reconhecida oficialmente, foi a da abertura do caminho para a Lunda, sem a intervenção de Cassange, com o consequente aumento do lucro no que era trazido à Feira. Seguidamente, a 16 de agosto de 1851, o Governador-Geral criou o novo distrito de Talla Mungongo, alargando o espaço do reino de Angola em pelo menos três centenas de quilómetros para leste. Mas Bumba não se resignou ao desapossamento.

A 14 de março de 1852, Salles Ferreira chegou novamente à feira de Cassange, na sua terceira expedição, agora na segunda “guerra”, tendo partido de Luanda, de novo na época das chuvas. Bumba voltara a ameaçar, em Fevereiro, o Jaga, mas o rebelde voltou a desaparecer, pelo que se realizaram batidas, em abril e maio, para o capturar o que quase aconteceu a 28 de Abril. Tudo isto se revelou prejudicial à actividade comercial da feira e, em face do fracasso da captura, nos finais do primeiro semestre de 1852, a expedição retirou-se.

Em 1853, Bumba sobrevivia e o Jaga Dom Fernando cumpria as suas funções, com a protecção e o apoio dos portugueses, mesmo militar, como em novembro de 1854, e dos seus grandes partidários do Cassange, contendo Bumba, ao longo de 1854 e 1855, com a autoridade portuguesa assim estendida até à margem esquerda do Cuango, enriquecendo com o comércio do marfim, da cera e dos escravos. Mas, entretanto, Bumba, em 1856, reuniu um grande número de partidários, entre os quais os sobas do Quembo, que, a 23 de junho desse ano, travaram um sério combate, perto do Cuango, com perdas consideravelmente superiores às dos fiéis do Jaga Dom Fernando.



A 17 de novembro de 1856, era já Governador-Geral, José Rodrigues Coelho do Amaral (1854-1860, 1.º mandato), Bumba, perante mais um medir de forças, talvez cansado de vários anos de fugas e vida no mato, decidiu pedir a paz e o Governador aconselhou clemência, a fim de evitar os constantes inconvenientes das querelas nas trocas com a Lunda, prejudiciais aos comerciantes portugueses instalados a leste do Cuango. As ligações entre Ambaca e Cassange passaram a ser escoltadas por tropas e, durante dois meses, no fim do terceiro trimestre de 1857, uma expedição portuguesa perseguiu ladrões do Songo, intimidando o respectivo soba, Marimba Angombe. “Milagrosamente”, Bumba até se ofereceu para proteger as caravanas que passavam no seu território, mesmo sendo apenas um ex-Jaga, confirmando a reconciliação e jurando fidelidade à Coroa. Do mesmo modo “providencial”, Dom Fernando morreu e Bumba foi reeleito, com a concordância das autoridades e a satisfação dos comerciantes. Seguiram-se, então, os anos calmos de 1858, 1859 e 1860, no Cassange. Por pouco tempo, Coelho do Amaral é substituído pelo Governador-Geral, Carlos Augusto Franco (1860-1861) que, por sua vez dá lugar ao Governador-Geral, Sebastião Lopes de Calheiros e Meneses (1861-1862), no mandato do qual ocorreu uma das mais graves ameaças vindas do leste, no séc. XIX. Por causa da morte do chefe do distrito Talla Mugongo, a sua substituição por um militar, as dificuldades comerciais, a imposição do dízimo, desordens, etc., a linha de Cassange, de Pungo Andongo ao Cuango, foi cortada pelos povos do Songo (gentes do Marimba Angombe), a feira esteve em risco de ser atacada e a margem direita do Cuango sublevou-se contra os feirantes, em auxílio dos quais foi dirigida uma coluna vinda de Pungo Andongo. De Malange, já elevada à categoria de presídio, foi organizada, pelo próprio Governador-Geral, uma segunda coluna, em Setembro. E são ambas as colunas que, a 11 de novembro de 1861, atacam o quilombo de Bumba que se pôs em fuga, tendo sido perseguido sem êxito, até ao final do ano. A 29 de dezembro de 1861, o então tenente-coronel João Francisco do Casal que comandava a coluna saída de Pungo Andongo foi morto no Quembo, esconderijo habitual de Bumba, e com ele vários oficiais e mais de uma centena de soldados, para além dos desaparecidos e feridos. Tratou-se de uma derrota séria que ficou conhecida como o “desastre de Cassange”, tendo a segunda coluna retirado para a feira, a sete centenas de quilómetros de Luanda, para cuja alfândega tais factos constituíam um rude golpe. A coluna de socorro enviada por Calheiros e Meneses não foi além de Malange e os militares e comerciantes, na feira, foram atacados e passaram fome. Com febres e desmoralizados com a falta de reforços, os sobreviventes, comandados pelo tenente Augusto da Serra, abandonaram a feira a 23 de março de 1862, restando Malange como o ponto mais avançado a leste, reduzindo, assim, a possessão portuguesa em cerca de duzentos quilómetros. A baixa de Cassange transformou-se num cemitério de empacaceiros e nem os vizinhos do reino de Benguela, os Ovimbundos do Bailundo, convocados para o efeito, se apresentaram para lutar.

O Governador-Geral seguinte, João Baptista de Andrade (1862-1865), oficial da marinha, enterrou o avanço para leste, orientando a sua política para os portos, a fim de obter os direitos alfandegários compensatórios dos dízimos perdidos no interior. Mas para restabelecer a situação no Cassange, Lisboa enviou reforços, no início de 1863. O coronel Theotónio Maria Coelho Borges avançou, para Sanza, com uma força de tal modo imponente que levou Bumba a pedir de novo a paz, a 29 de agosto de 1863, mesmo antes de qualquer recontro. Doenças epidémicas e paralisia comercial fizeram Luanda esquecer qualquer desejo de vingança e aceitá-la, com alívio. Uma embaixada do Jaga de Cassange acabou mesmo por ser recebida no palácio do Governador, um mês depois, reconhecendo a soberania portuguesa, a que Bumba aceitava obedecer, permitindo a reinstalação das autoridades portuguesas na feira, entregando prisioneiros e escravos, pagando indemnizações ao Estado e a particulares, as despesas de guerra, apenas não referindo os tributos ou dízimos. O tratado foi, a 29 de novembro de 1863, explicado a Bumba, pelo capitão João José Libório, e a coluna não passou os limites do Songo.

Conhecidos os factos, quais terão sido os motivos justificativos destas revoltas? Uma regra na selva era conhecida: “que os principais e quase únicos causadores das desgraças que tem havido na província, têm sido os negociantes e outras pessoas, que, com as suas crueldades e outras malfeitorias, têm suscitado uma quase justa vingança da parte da população indígena”. Para a Metrópole, eram os aventureiros. Em Luanda, co-responsabilizavam-se os administradores no mato. Mas as questões fiscais preponderantes na ordem económica, terão igualmente determinado acções militares, durante este período histórico, não só no Cassange, nomeadamente durante a “terceira guerra”, como também nos Dembos e no Humbe, a fim de submeter os povos indígenas à cobrança do dízimo.

Após Baptista de Andrade, os Governadores-gerais sucederam-se, por mandatos de um a dois anos, e o Cassange deixou de interessar a Luanda. As grandes casas de negócios esqueceram a feira. Militarmente não se avançou. Contra esta retracção económica, são então os Mbangalas que, a partir de 1870, começam eles próprios a transportar a cera, o marfim e a borracha para Malange e até Luanda. Bumba morreu em 1873, depois de, como bom vassalo, ter gerido “aquela parte do território português”. O Cassange diluiu-se então numa profusão de linhagens.

É neste contexto que, entre 1884 e 1888, Henrique Augusto Dias de Carvalho, vindo de Lisboa, parte de Luanda, com uma expedição à Lunda, com objectivos científicos e outros interesses mais determinados pelos poderes governamentais em Lisboa. Terminada, ou pelo menos reduzida, a interposição do Cassange, a viagem ao Muatiânvua, “o Senhor dos Senhores”, destinava-se a estabelecer “relações de amizade e comerciais com aquele grande potentado e seus súbditos”, na África Centro-Ocidental, ao qual já, em 1843, havia sido enviado, ao serviço do governo colonial, o negociante sertanejo, Rodrigues Graça, que foi recebido na Mussumba (sítio Grande do Muope), em setembro de 1847, com honras de primeiro embaixador do Muene Puto (Rei de Portugal) e onde abordou, principalmente, os factores económicos da

oferta e da procura, a substituição do comércio de escravos pela produção agrícola e a caça ao elefante (havia manadas deles que nem rebanhos de carneiros) e cujas informações merecem destaque, por parte de Henrique de Carvalho.

O Muatiânvua, um grande planalto atravessado pelos rios Cuando e Cassai, afluentes do Zaire, há muito que era objecto de relações comerciais dos indígenas com diversos exploradores portugueses, mesmo antes de 1846, quando Rodrigues Graça conseguiu alcançá-lo. Depois, foram exploradores estrangeiros que o fizeram: Poggé, em 1876; Buchner, em 1878 e Wissman, em 1884, no ano em que Henrique de Carvalho levou a bom termo a sua expedição, com a abertura de novos mercados em Angola e, muito mais tarde, por convenção de 24 de março de 1894, delimitando o Muatiânvua à soberania portuguesa. A este propósito, é mesmo Henrique de Carvalho que escreve: “se houvéssemos aproveitado o caminho que eles nos franquearam e conselhos que nos legaram, certamente nos pertenceriam as vantagens que aqueles (os responsáveis pelos êxitos das explorações alemãs e belga) vão adquirindo pela sua persistência em estabelecer relações de amizade e comerciais com aquele grande potentado e seus súbditos”.

O comércio e territórios lundas eram, então, objecto da concorrência europeia, nomeadamente alemã e belga, disputa esta que ficou conhecida como “a questão da lunda”. Após a realização da Conferência de Berlim (1884-1885) e o Ultimato inglês (1890), a demarcação da Lunda foi aprovada em 26 de junho de 1893 e ratificada, em Bruxelas, na data e pela convenção atrás referida.

Durante a segunda metade do séc. XIX, com a emigração dos Ovibundos do centro para o norte de Angola, a anexação do reino pelos portugueses e a abolição oficial da escravatura (1869), Cassange começou o seu declínio. O capitão africano Francisco Van-Dúmen foi ainda nomeado chefe e director da feira do Cassange, durante o governo de Ferreira do Amaral (1882-1885) e reconstituiu-se o conselho de Talla Mungongo.

Terminada a longa fase da lucrativa exploração do tráfico escravagista (a abolição do tráfico data de 1836 e a da escravatura de 1876, sendo que, de 1815 a 1823, o valor do primeiro ascendeu a 1023 contos, 93,7% das exportações de Luanda, enquanto que a da cera se resumiu a 5,6% e a do marfim a 0,6%), seguiu-se, naturalmente, o incremento da exportação de mercadorias de modo a minorar as perdas dos comerciantes. Longe da revolução industrial cuja instalação foi, aliás, expressamente proibida, no fim do séc. XIX e início do séc. XX, em Angola, a economia virou-se para os investimentos, essencialmente, em explorações agrícolas, cinegéticas e mineiras, como o caso dos diamantes, nas lundas, e outras de reduzida importância, como a do cobre e manganês, com apenas uma pequena manufactura de tabaco e uma fábrica de têxteis (anterior à proibição do Decreto n.º 33 924, de 5 de Setembro, de 1944). Alterado o direito fundiário tribal, relativo ao colectivismo das terras, foram as grandes companhias e os colonos a beneficiar com esta forma legal de expropriação dos africanos e das suas tribos. Dificilmente, qualquer indígena assalariado, forçado ao trabalho, não sendo “assimilado”, ou plantador priva-

do, poderia tornar-se legalmente proprietário. Na verdade, as grandes plantações exigiam muita mão-de-obra que foi assegurada por um recrutamento de trabalho forçado, consagrado no Código de Trabalho Indígena de 1878 e, de certo modo, ainda consagrado em 1961, por força do disposto no artigo 136.º, da Constituição de 1933: “O Estado pode forçar os indígenas a trabalhar em serviços públicos de interesse geral para a colectividade”. E, por força de tal regime, muitos trabalhadores se viram enviados para regiões bem distantes das de origem, com contratos de prestação de trabalho, por conta de outrem, de duração, em geral, de seis meses. Não se tratou de imigração livre, tal como a da venda do seu trabalho. Analfabetos e mal remunerados, nem a política de assimilação os deixou de manter alheios da vida económica e política.

À margem ou bem longe da visão unilateral de anticolonialismo radical que exclui a existência histórica das qualidades dos portugueses no relacionamento com os africanos, mas sem apagar a exploração dos trabalhadores nativos, a sua ridicularização de acorrentados e prisioneiros de braço dado com a pobreza e com a arrogância dos colonos, não parece seguro assacar a totalidade da culpa pelos acontecimentos ocorridos na baixa do Cassange, à Cotonang, Companhia de Algodões de Angola SARL, empresa luso-belga, fundada em 1926, ainda que esta praticasse a fraude nos preços e qualidade do algodão entregue pelos produtores indígenas e que, por parte dos seus capatazes, tivesse comportamentos condenáveis, só entendíveis pela sua qualidade de monopolista, num contexto de autêntica “cotonocracia”.

“Vida das pessoas é assim mesmo. Pessoa às vezes faz uma coisa sem poder pensar que essa coisa vai dar muita revolta, vai esticar tanto até dar uma maka grande que vira a vida da gente”... “Porque a raiva que deu essas makas todas tinha saído na ordem da Cotonang. Cotonang é que dava todas ordens ali na terra, a pessoa até não podia mais saber se é ele Cotonang que estava muene-puto”.

Jofre Rocha, Estória do *Mussequê*, in Brunna Bozzi Feijó, *Independência ou Revolução?* Porto Alegre, 2011

O povo trabalhava obrigado no algodão para arranjar dinheiro para pagar o imposto (Imposto Geral Mínimo que havia passado de 250 para 350 escudos), comprar roupa, mandar os filhos à escola. Mas o algodão não servia para a alimentação. Havia que trabalhar as lavras de mandioca, do milho e feijão, o que, de facto e em geral, não acontecia. Só um conluio corruptivo da administração com a empresa podia caucionar e assegurar a sua prática comportamental que, para os indígenas, tal como transparece acima, se confundiam. É o próprio Major Rebocho Vaz que, no seu relatório, indica, na sua opinião, os que “roubavam descaradamente” o nativo: os feiticeiros, as capatazes negros, os agentes do mato da Cotonang, os comerciantes, os cabos cipaios e os capitas da administração,



Outubro de 1960, quando os camponeses se recusaram a receber as sementes de algodão para semear em Janeiro, começando um movimento grevista, assume-se como germe da luta contra o colonialismo, num contexto mundial favorável à causa do nacionalismo africano. Poder-se-á mesmo dizer que, ultrapassando as meras reivindicações laborais, se tratou do primeiro levantamento “armado” da segunda metade do séc. XX, contra a soberania portuguesa, em África.

O Congo ex-belga tinha obtido a independência em Junho de 1960 e era presidido por Kasavubu, nome que foi invocado pelos representantes dos trabalhadores sublevados, como ordenando a recusa ao trabalho. Por outro lado, homens vindos do Congo, instalaram-se na região, dizendo-se enviados de “Maria”, nome que se relaciona com António Mariano (alegadamente próximo da UPA – União das Populações de Angola), e exploraram as tradicionais crenças no Além dos africanos, instigando a denominada “Guerra da Maria”. Embora Maria se relacione, por vezes, igualmente a Maria, mãe de Jesus, a Virgem Maria de Fátima e, noutros casos, a Maria de N’Guriakame, a “Rainha dos Mussucos”, influente no povo do Norte de Angola, a instigação da revolta dos cultivadores do algodão na Baixa do Cassange, garantem outros, ficou a dever-se ao Partido Solidário Africano (PSA), de Antoine Gizenga, primeiro ministro do Congo.

São vários os relatórios oficiais existentes sobre os acontecimentos na Baixa do Cassange, desde administrativos a militares e até da PIDE, da autoria do Subdirector, São José Lopes, e ainda de outras fontes, incluindo a de sobreviventes do “massacre”, para além das interpretações posteriores, de cunho político-patriótico de historiadores, políticos ou escritores angolanos. Com base nos relatos de empregados da Cotonang, naturalmente tendenciosos, os apontamentos do funcionário administrativo que os remeteu superiormente, não deixam de referir que se tratou da “primeira acção subversiva em larga escala processada no Ultramar nos últimos 40 anos”, admitindo que resultou do muito pouco que se tem feito pelo bem-estar das populações, transformando uma simples reacção contra o cultivo do algodão num real levantamento contra o regime colonial português, embora admita que, tal facto, se deveu, igualmente, à infiltração de agentes subversivos, vindos do exterior. Significativo é o teor da carta de São José Lopes ao director-geral da PIDE, no dia 13 de janeiro de 1961, ao informar que “os indígenas se encontram calmos, negando-se porém a trabalhar”, presumindo que se trate de problemas relacionados com o algodão, em virtude das “injustiças que o Governo não ignora”. Acrescenta que o regime do algodão era “propício a especulações” e que na tarde desse mesmo dia aviões militares sobrevoariam o local dos acontecimentos. Os relatórios militares tratam essencialmente das operações, dos meios envolvidos, das deslocações, confrontos e baixas.

O historiador angolano, Pedro Kapumba, docente de história de Angola no Instituto Superior de Educação (ISCED), da Universidade Agostinho Neto, defende que a independência do vizinho Congo foi, segundo o professor, “um dos motores” e que “terá sido também por essa influência do Congo e de alguns movimen-

tos nacionais já constituídos que se deu a revolta dos camponeses da Baixa de Cassanje, em 4 de janeiro de 1961, que culminou com a morte de milhares de angolanos, bombardeados pela força aérea portuguesa”. Também Aida Freudenthal, investigadora do Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do IICT, refere, no entanto, que os primeiros sinais de resistência dos camponeses da Cotonang datam de dezembro de 1960, com a ausência de trabalhadores nos campos de algodão e a “recusa de pagamento de imposto”. Neste processo, surgiu o culto sincrético denominado “Culto de Maria”, introduzido em Angola a partir do vizinho Congo. Segundo a investigadora, com o alastramento dos “preceitos de Maria”, através de “ritos iniciáticos”, as populações passaram a “desafiar abertamente as autoridades e os agentes da Cotonang, convictos de que eram imunes às balas”. O indício de que se trataria de uma acção organizada com fins políticos está ainda, segundo a investigadora, no surgimento no local de insígnias do PSA (Parti Solidaire African, em francês), organização política com grande influência no vizinho Congo, saído há pouco da malha colonial belga.

Lourenço Contreiras Neto, vice-ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra, corrobora a opinião, afirmando que se tratou de “um levantamento que se enquadrou na luta clandestina que então eclodia em Angola”. E acrescenta: “Entre aqueles trabalhadores haviam (sic) elementos activos que estiveram na base das manifestações. Embora tivesse um desfecho infeliz, com a morte de centenas de nacionalistas, este momento marcou decisivamente a luta dos angolanos pela independência”. Para Jorge Valentim, deputado da UNITA, a revolta da Baixa do Cassange deu a “indicação clara de que era possível lutar contra o colonialismo, não apenas os intelectuais, mas alargando a luta ao nível das largas massas populares” considerando-a como uma “contribuição à causa do nacionalismo angolano”. É ainda Artur Pestana (Pepetela) que, depois de passados 47 anos, entende que a revolta da Baixa do Cassange necessita de ser clarificada para que se conheça a sua verdadeira dimensão histórica, em face de duas versões diferentes, sobre os factos. “O que se conhecia sobre o que ocorreu na Baixa de Cassanje era uma simples reivindicação de agricultores de algodão que pretendiam obter preços mais elevados do seu produto, mas a companhia compradora rejeitou, desembocando no levantamento que culminou na morte de centenas de pessoas”, recordou Pepetela. Durante muitos anos da Angola independente a data foi subvalorizada, ressurgindo agora como um dos momentos altos da luta nacionalista que viria a redundar na independência do país a 11 de novembro de 1975, a par de outras como o 4 de fevereiro ou o 15 de março.

O realce do movimento da revolta na Baixa do Cassange foi feito muito recentemente pelo analista político Elias Tchinguli, quando dissertava sobre o “Dia dos Mártires da Repressão Colonial”, no dia 3 de janeiro de 2014, tendo afirmado que “a insurreiçao da Baixa de Cassanje (região localizada entre Malanje e Lunda Norte), foi organizada cautelosamente por nacionalistas angolanos, que decidiram enfrentar os

colonialistas devido à forma desumana como eram tratados” e que “pela primeira vez na história do colonialismo, houve uma sublevação em grande escala, num território com diversidades étnicas como mussucos, bangalas, ambundos, lundas e cocwes”.

António Gongga, um dos sobreviventes da repressão levada a cabo pelos militares, quando, às primeiras horas do dia 4 de janeiro (?) saíram de Quela, sede do município, onde haviam chegado às 17 horas do dia anterior, disse que a população pensou que se tratava de balas de pólvora seca e “na discussão havida entre os militares portugueses e os sublevados, estes ainda disseram que das armas dos agressores saíam água e não balas”. Bernardo Famosa é igualmente um dos sobreviventes dessa manhã e acrescenta que na preparação para a revolta do povo houve um homem chamado Vuvu a acirrar os angolanos a desobedecerem aos portugueses, alardeando a liberdade já obtida pelo Congo. Este primeiro contacto das tropas portuguesas com os nativos revoltosos só pode ter sido efectuado por elementos da 3.<sup>a</sup> CCE que, sediada em Malange, partiu para Quela, no dia 3 de Janeiro de 1961, e, a 11 de Janeiro, para Milando, onde surgiu o alerta de uma rebelião dos trabalhadores indígenas.

Desde Setembro de 1959, era, em Angola, Comandante da Região Militar, o General Monteiro Libório que, em 1 de junho de 1961, foi substituído pelo General Silva Freire, pelo período de cinco meses, dado que morreu, em 1 de Novembro do mesmo ano, devido à queda do avião em que seguia, no Chitado. Sediado em Malange, foi constituído, no início do ano de 1961, um batalhão eventual (BE), sob o comando do Major Rebocho Vaz, composto, para além do pessoal de comando e serviços, pelas 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> CCE (companhias de caçadores especiais), comandadas, respectivamente, pelos capitães Teles Grilo, Teixeira de Moraes e Vasques de Mendonça, com um plano para restaurar a ordem pública. Na mesma ocasião, comandava a Base Aérea Negage, o Tenente Coronel Soares de Moura que embarcara para Angola, a 23 de Setembro de 1960, podendo, com verdade, afirmar que “quando começou a guerra, estava lá mesmo no sítio onde ela rebentou”.

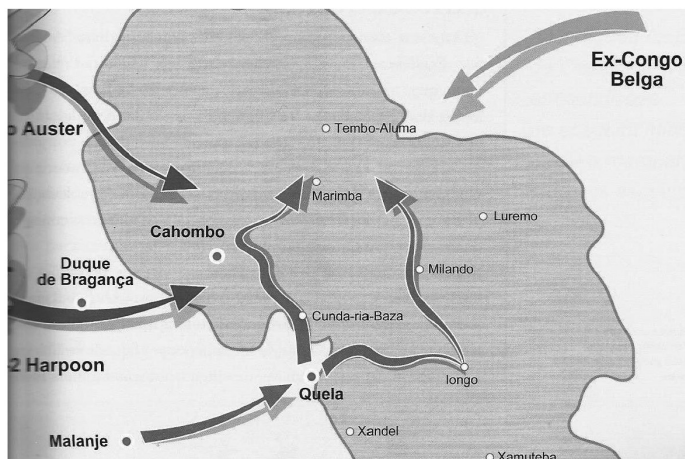
Dos vários relatórios e declarações dos comandos militares, podemos concluir que é a 3.<sup>a</sup> CCE, sediada em Malange, a primeira a iniciar a missão de conter a revolta no Cassange, face às notícias, do dia 11 de janeiro, de recusa do trabalho e ameaça aos cipaios por parte da população indígena e, nesse sentido, parte para Milando, onde chega, no dia seguinte, e se depara com o alarme da população. Mas o cerne da revolta encontrava-se nos nativos de sanzalas a poucos quilómetros de distância e, por isso, foi para lá que a 3.<sup>a</sup> CCE seguiu, encontrando duas centenas deles, armados com as armas rudimentares próprias, que justificaram a sua atitude, invocando os argumentos já conhecidos, para a greve e revolta. Aparentemente serenados os ânimos, o assassinato de um capataz, o abandono das sanzalas pelo povo e o alastramento da revolta a outros lugares da baixa do Cassange, provocam o abandono dos colonos da região e requerem a permanências dos militares na zona que procedem a inúmeros e longos patrulhamentos. E a situação da rebelião piorou diariamente.

No início de fevereiro, um milhar de nativos concentrou-se cerca de Cunda-Ria-Baza e os europeus fugiram para Malange. O Comando Militar de Angola,



no seu Relatório Especial de Informações, do dia 2, revela o alargamento do abandono ao trabalho por parte dos trabalhadores das prospecções mineiras, no Cuando, temendo o seu alastramento à área da Diamang, na Lunda. Foi, então, perante este cenário que, na madrugada de 4 de Fevereiro (data do ataque à Casa de Reclusão Militar, ao Quartel da Companhia Móvel da PSP e à Cadeia Civil, em Luanda), marchou para Malange a 4.<sup>a</sup> CCE.

A 3.<sup>a</sup> CCE não foi suficiente para conter a revolta que alastrou a toda a baixa do Cassange, pelo que, no dia 5 de fevereiro, a 4.<sup>a</sup> CCE, chegada de Luanda, comandada por Teixeira de Morais, partiu para Tembo Aluma, surpreendendo os rebeldes nativos em Cumba Ria Baza, onde combateu, provocando várias centenas de mortos e feridos, conforme relatório de 7 de fevereiro, do referido capitão comandante da companhia. A seu pedido, a Força Aérea intervém, inicialmente com a missão de ligação das tropas a Malange, dadas as dificuldades ou mesmo inexistência de comunicações rádio, e, posteriormente, bombardeando,



Recorte da imagem “Baixa do Cassange”, em “Os Anos da Guerra Colonial 1961-1974”, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (2010)

com aviões T-6 e PV-2, as populações amotinadas, provocando um alto número de vítimas, nunca realmente contabilizado. Teixeira de Morais afirma que não foi utilizado *napalm*, mas apenas bombas explosivas e metralhadoras. O Tenente Coronel Soares de Moura corrobora, sem garantia. O oficial piloto aviador que actuou no terreno, José Ervedosa (que acabou por desertar), diz, porém, terem sido utilizadas bombas de *napalm* e confidenciou ao Alferes Miliciano Médico, Mário de Pádua, ter visto, a baixa altitude, várias aldeias destruídas e milhares de homens e mulheres queimadas, dizimadas pelo *napalm*.

A 4.<sup>a</sup> CCE chegou a Tumba Aluma após 12 dias de progressão, depois de ter feito muitos mortos, sendo estes os únicos que constam dos relatórios. “Excessos de vio-

lência”, segundo Rebocho Vaz. Depois de se ter visto na necessidade de abrir fogo em Quela, a companhia dirigiu-se para Cunda-Ria-Baza e procedeu ao patrulhamento de várias sanzalas. Segundo o capitão Morais, a 4.<sup>a</sup> CCE viu-se ameaçada por uma gigantesca concentração de nativos, 10 000 indígenas, com os homens armados, sob o comando do soba e a total influência do feiticeiro. Depois da tentativa inútil de parlamentar com aquele, o intérprete abateu o feiticeiro que sistematicamente se interpunha à frente da massa sublevada. Com tiro directo de metralhadora sobre o grupo, deu-se a fuga para norte e leste. Depois da prisão de sobas e sobetas, o transporte dos feridos em padiolas pelos prisioneiros e ordem de entrega das armas, ao fim da tarde do dia 8, em Cunda, molhos de armas gentílicas foram apresentadas e, após alguns outros episódios de luta com os nativos, a companhia pôs-se a caminho de Marimba, com disparos de metralhadora e morteiro de 60 milímetros. No dia 17, a 4.<sup>a</sup> CCE atingiu Tembo Aluma, cumprindo a sua missão. Mas o soba de Tembo Aluma, Bumba, tal como o seu homónimo, o Jaga do Cassange, Dom Paschoal Machado, na década de 50, do séc. XIX, aquando das “guerras do Cassange”, não foi capturado. Deixou apenas, no campo de batalha, o seu registo e a respectiva caderneta.

“ (...) O elevado moral da 4.<sup>a</sup> CCE, o espírito de decisão do comandante e das tropas e ainda o bom senso e equilíbrio revelados na resolução de incidentes graves, limitaram o número de baixas sofridas pelos indígenas. Houve sempre o propósito de causar o mínimo de mortos ou feridos e, sempre que houve necessidade imperiosa de abrir fogo, procurou-se fazer pontaria baixa. (...) Também nessas ocasiões se procurou sempre abater, em primeiro lugar, os indivíduos que, nitidamente, se destacavam como cabecilhas. (...) Actualmente julga-se que ainda é necessário manter, por um período razoável, uma ocupação na zona pacificada com a finalidade de mostrar aos indígenas que as Forças Armadas estão atentas e dar aos europeus a confiança necessária para retomarem as suas actividades comerciais. Também servirá para mostrar aos povos gingas que o Estado está pronto a protegê-los (...)”.

Extracto da apreciação elaborada pelo Major Rebocho Vaz, a 17 de Fevereiro, enviada ao Comando Militar de Angola, sobre o Plano de Operações n.º 3 – Operação Cassange

No plano de Operações n.º 2, da mesma data, afirma-se que várias regiões a sul e a oeste se encontram já pacificadas, nomeadamente Marimba, Tembo Aluma e Cunda Ria Baza, entre outras, e que alguns povos gingas estavam mesmo a apresentar cumprimentos ao comandante militar e a entregar-lhe agitadores. Faltava assim actuar a norte da linha Cassange-Longo-Cuango, a cargo da 3.<sup>a</sup> CCE, dado que a 5.<sup>a</sup> CCE ainda não havia chegado a Malange, pelo que aquela companhia começou a sua deslocação no itinerário Malange-Quela-Longo. Em 19 de Fevereiro, o comandante da 4.<sup>a</sup> CCE, no seu relatório sobre o Plano de Operações, escreveu:

A 3.<sup>a</sup> CCE, no seu deslocamento para o Cuango, teve o seu primeiro encontro com nativos amotinados e viu-se obrigada a disparar, ocasionando alguns mortos indígenas. Esta companhia, no âmbito da sua missão, realizou em seguida as operações “Truta”, na região de Monte Papo, a “Raia”, na Muamba e a “Limão”, na zona do Cuango, das quais resultaram dezenas de mortos e feridos e a captura e entrega de armas, catanas, espingardas, azagaias e facas. A evolução dos acontecimentos mostrou-se, então, favorável à pacificação e, por isso, da acção militar operacional, passou-se paulatinamente à acção psicológica e sanitária das populações.

Em meados de março de 61, a pacificação aparecia para as autoridades militares portuguesas como total e, de acordo com a informação n.º 52/61, da 3.<sup>a</sup> Rep/QG, de 9 de março, apenas ficaram destacados alguns pelotões em certas regiões, como Marimba, com secções em Forte República e Tembo Aluma e, ainda, Longo, com secções em Milando e Xamuteba, pertencentes à 3.<sup>a</sup> CCE, sediada em Malange e reforçada com quatro secções de atiradores de Regimento de Infantaria de Luanda. A referida informação acrescenta:

“ (...) A 4.<sup>a</sup> CCE recolheu a Malange e quando a 5.<sup>a</sup> CCE chegou a esta cidade, foi extinto o Batalhão de Caçadores Eventual”.

Guerra Colonial – A História na Primeira Pessoa, QUIDNOVI, 2011

Na visão oficial portuguesa, dado que” foi na Baixa do Cassange que o Exército Português disparou pela primeira vez, em situação real, desde a I Guerra Mundial”, admite-se poder ter havido excessos, pela novidade e nervosismo da situação, ocasionando entre duas a três centenas de mortos e uma centena de feridos entre os revoltosos, tendo mesmo em consideração a acção da Força Aérea. Mas a visão do lado angolano é bem diferente. De acordo com o artigo citado de Eugénio Mateus, no município de Quela, e conforme os relatos dos “mais velhos” sobreviventes atrás referidos, terão sido sepultados no local do massacre perto de cinco mil pessoas, de acordo com as informações prestadas pelos responsáveis actuais da administração local. Só em Teka dya Kinda, no concelho de Quela, terão morrido 68 pessoas. Em 20 de agosto de 1979, Agostinho Neto, então Presidente de Angola, visitou o local onde foi erigido um monumento, e descerrou uma placa com a seguinte mensagem: “Honremos os heróis da Baixa do Cassange”.

Não se apresentam ainda bem claras as razões da sublevação no Cassange, no início do ano de 1961. Causas meramente laborais não justificam de modo algum os acontecimentos. Teremos certamente de chamar à colação outras de ordem social e políticas, quer internas, quer internacionais e avaliar friamente eventuais aproveitamentos manifestamente manipulados ou distorcidos da realidade histórica. Ultrapassado que vai meio século sobre os factos, algumas

dúvidas persistem ainda. E, enquanto os historiadores não se debruçarem mais sobre o assunto, fiquemos com o saber de um dos melhores autores da história de Angola, o americano Douglas Wheeler.

*“Apesar da debilidade do colonialismo português, apesar do terrível balanço de perda de vidas humanas dos trágicos acontecimentos de 1961, a governação portuguesa foi melhorando a situação do povo de Angola. E, apesar de todas as críticas que se possam fazer, a verdade é que, entre todos os grupos europeus em África, foram os portugueses quem manteve relações mais amistosas e racionalmente descomplexadas com os negros africanos.”*

Douglas Wheeler - História de Angola - p.349

## **AGRADECIMENTOS**

Os meus agradecimentos à Direcção do Núcleo do Porto, da Liga dos Combatentes, muito especialmente ao Sr. Tenente-Coronel Modesto Fernandes, pelo total apoio e disponibilidade da Biblioteca do Núcleo, cuja consulta se revelou de muita utilidade para a elaboração deste trabalho.

Obrigado igualmente ao Coronel David Martelo pelo grande exemplo de historiador destas matérias, o que constituiu um incentivo precioso para esta minha aventura de “velha caravela”, por mares e terras que atravessei há cerca de meio século, e pela sua sempre disponibilidade generosa para me aturar.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos – *Os Anos da Guerra Colonial 1961.1975*, QN – Edição e Conteúdos, S.A., 1.<sup>a</sup> edição, Novembro de 2010

BRITO, Raquel Soeiro – *No trilho dos descobrimentos – Estudos geográficos*, Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos portugueses, Lisboa, 1997

CANN, John P. – “Operação Cassange” – *Relatos, fotos, mapas, diagramas e relatórios operacionais da 4CCE*, in *Revista Militar* n.º 2508, de Janeiro de 2011

CARVALHO, Henrique A. D. de – *O Jangado de Cassange na Província de Angola*, Lisboa, 1898

CORTESÃO, Jaime – *Domínio Ultramarino – História de Portugal*, vol. VI, Edição Monumental da Portucalense Editora, Porto

- DAVEAU, Suzanne – *Uma Contribuição Notável para a Geografia da Colonização*, Finisterra, XL, 79, 2005, pp. 29-33
- DIAS, Gastão Sousa – *O Reino de Angola e as suas conquistas – Regimento dos Governadores – Viagens de penetração e exploração: tentativas de travessia do Continente Negro* – História da Expansão Portuguesa no Mundo, Fasc. 31, idem, idem
- DIAS, Jill – História da Colonização – África (séc. XVII-XX), *Ler História*, 21 (1991): 128-145
- GONÇALVES, António Custódio – *Estado, Cidadania e Nacionalismos: o caso de Angola*, Fac. De Letras e CEAUP
- KEESE, Alexander – “*Proteger os Pretos*”: *Havia uma Mentalidade Reformista na Administração Portuguesa na África Tropical Portuguesa (1926-1961)?* *Rev. Africana Studia*, CEAUP, n.º 6 e – *Dos Abusos às Revoltas? Trabalho Forçado, Reformas Portuguesas, Política “Tradicional” e Religião na Baixa do Cassange e no Distrito do Congo (Angola), 18957-1951*, n.º 7
- LAINS, Pedro – *Causas do colonialismo português em África, 1822-1975*, *Análise Social*, vol. XXXIII (146-147), 1998 (2.º e 3.º), 463-496
- LIMA, Durval Pires de – *A situação moral, social e política do império colonial no momento da Restauração* – História da Expansão Portuguesa no Mundo, Fasc. 30, Ática, Lisboa, 1941
- MATEUS, Eugénio – A história da Baixa de Kassanje, 30.12.2009
- MARTINS, General Ferreira – *Guerras de Conquista (1833-1885)* – História da Expansão Portuguesa no Mundo, Fasc. 34, idem, idem
- MATEUS, Dalila Cabrita e MATEUS, Álvaro – *Angola 1961, Guerra Colonial: Causa e Consequências, o 4 de Fevereiro e o 16 de Março*, Texto Editores, Ld.ª, 1.ª Edição, Janeiro de 2011
- MELO, João de – *Os Anos da Guerra*, I Volume, Círculo dos Leitores, Abril de 1988
- MOURA, José Castelo Branco – *Guerra de Angola, começou antes do que dizem*
- PÉLISSIER, René – *História das Campanhas de Angola*, vol. 1 e 2, Editorial Estampa, 3.ª Edição, Abril de 2013 e – *Impasses e “Esperanças”* – Tradução de Marta Amaral, Relações Internacionais, Setembro: 2010
- PERALTA, João Barros, in *Portugal no Mundo*, direcção de Luís de Albuquerque, Publicações Alfa S. A., 1989
- PERES, Damião – Direcção da *História de Portugal*, Edição Monumental – MCMLIV, Portucalense Editora, S.A.R.L., Porto
- PONTE, Hélder Fernando de Pinto Correia – *Introdução ao Estudo da História de Angola*, <http://introestudohistangola.blogspot.pt>

- SERRANO, Carlos M. H. – *Ginja, a rainha quilombola de Matamba e Angola*, Ver. USP, São Paulo (28): 136-141, Dez./Fev.º 95/96
- SANTOS, Maria Emília Madeira – *Em busca dos Sítios do Poder na África Centro Ocidental. Homens e Caminhos, Exército e Estrada (1483-1915)* – International symposium Angola on the Move: Transport Routes, Communication, an History, Berlin, 24-26 September 2003
- SILVA, Carlos Mário Alexandrino – *Ecmnésia Histórica Colonial*, [www.portugal.linha.pt/opiniao/CAlexandrino/cronicas.html](http://www.portugal.linha.pt/opiniao/CAlexandrino/cronicas.html)
- SILVEIRA, Anabela – *A Baixa do Cassange: o prenúncio da luta armada*, Revista Porto, Vol. 2, n.º 3, 2013.1
- TORERS, Adelino – *Angola: Conflitos Políticos e Sistema Social (1928-30)*, Estudos Afro-Asiáticos da Univ. Cândido Mendes (Brasil)
- VELOSO, J. M. de Queiroz – *História Política, A expansão dos Portugueses em África (1557-1640)*, História de Portugal, Idem, vol. V, Cap. III, Idem, Barcelos
- WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René – *História de Angola*, Lisboa: Tinta-da-China MMXI, 1.ª edição de bolso, Fevereiro de 2011
- WONDJI, Christophe – *Résistances africaines noires à la colonisation ANGOLA* – <http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/angola.htm>
- ANNAIS DO CONSELHO ULTRAMARINO – Série I – Fev de 1854 a Dez de 1858, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, (Digitalizado por Google) – Stanford University Libraries – <http://books.google.pt>
- GUERRA COLONIAL – *A História na Primeira Pessoa*, QN – Edição de Conteúdos, S.A., I, 2011
- MEMÓRIA DA EXPEDIÇÃO A CASSANGE EM 1850. AFRICA OCIDENTAL, Stanford University Libraries, O Mundo do Livro, Lisboa <http://books.google.pt>
- OPERAÇÃO BAIXA DE CASSANGE, Angola, 1961